

ASCENSÃO E RETROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ NO BRASIL SOB A ÓTICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

THE RISE AND FALL OF LGBTQIA+ PUBLIC POLICIES IN BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS

ASCENSIÓN Y RETROCESO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ EN BRASIL SOB A ÓTICA DE LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL

Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior¹
Diego Costa Mendes²
Karla Maria Damiano Teixeira³

Resumo

O início dos anos 2000 foi marcado pela ascensão das primeiras políticas públicas específicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil, demandadas e executadas por Organizações da Sociedade Civil (OSC). O artigo teve como objetivo compreender como essas políticas têm se configurado desde o Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, até 2021, mediante discurso de OSCs. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com doze representantes de OSCs LGBTQIA+, posteriormente analisadas com a análise do discurso. Os resultados indicam que essas políticas eram percebidas como promissoras uma vez que previam ações em diversas áreas. Contudo, a partir de 2010, o recrudescimento do conservadorismo impactou na efetividade de tais políticas, fazendo-as passarem por um processo de sucateamento, suscitando um cenário de explícito fechamento para as demandas LGBTQIA+ no governo que se inicia em 2019.

Palavras-chave: Políticas Públicas. LGBTQIA+. Organizações da sociedade civil.

Abstract

The beginning of the 2000s is marked by the creation of the first specific public policies for the LGBTQIA+ population in Brazil, demanded and implemented by Civil Society Organizations (CSOs). This article aimed to understand how public policies for this population have been configured since the Brazil Without Homophobia Program, from 2004, until 2021, through the discourse of Brazilian LGBTQIA+ CSOs. Semi-structured interviews were conducted with twelve representatives of LGBTQIA+ CSOs, which were later analyzed using discourse analysis. The results indicate that these policies were perceived as promising since they provided for actions in several areas. However, from 2010 onwards, the resurgence of conservatism impacted the effectiveness of such policies, making them undergo a scrapping process, giving rise to a scenario of explicit closure of LGBTQIA+ demands in the government that began in 2019.

Keywords: Public Policy. LGBTQIA+. Civil society organization.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Administração e bacharel em Engenharia de Produção pela mesma instituição. Atua principalmente nos seguintes temas: políticas públicas LGBTQIA+, políticas educacionais e organizações da sociedade civil. E-mail: carlos.a.junior@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4347-6485>.

² Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PRODAD/UFPE). Professor Adjunto do Departamento de Administração e Contabilidade (DAD) e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm), ambos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: diegocostape@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3193-7034>.

³ PhD em Family and Child Ecology pela Michigan State University, Estados Unidos. Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: kdamiano@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8078-9766>.

Resumen

El inicio de la década de 2000 estuvo marcado por el surgimiento de las primeras políticas públicas específicas dirigidas a la población LGBTQIA+ en Brasil, exigidas e implementadas por Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC). El artículo tuvo como objetivo comprender cómo estas políticas se han configurado desde el Programa Brasil Sem Homofobia, desde 2004, hasta 2021, a través del discurso de las OSC. Se realizaron entrevistas semiestructuradas a doce representantes de OSC LGBTQIA+, que luego fueron analizadas mediante análisis de discurso. Los resultados indican que estas políticas fueron percibidas como promisorias ya que previeron acciones en varias áreas. Sin embargo, a partir de 2010, el resurgimiento del conservadurismo impactó en la efectividad de dichas políticas, haciéndolas pasar por un proceso de desguace, dando lugar a un escenario de cierre explícito de las demandas LGBTQIA+ en el gobierno que comienza en 2019.

Palabras clave: Políticas públicas. LGBTQIA+. Organizaciones de la sociedad civil.

INTRODUÇÃO

Este artigo discorre a respeito da população composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos e assexuais (LGBTQIA+), que tem se articulado principalmente nas últimas duas décadas para reivindicar o direito de reconhecimento de suas identidades, bem como a superação do preconceito estrutural arraigado à sociedade.

Primeiramente, é importante salientar que a conformação da sigla adotada neste artigo “LGBTQIA+” remete à uma construção histórica em que, gradativamente, foi-se agregando sujeitos que de algum modo foram violentados por não corresponderem à uma suposta linearidade entre sexo, gênero e sexualidade (Butler, 2015). Desse modo, a “sopa de letrinhas” mencionada por Facchini (2002) faz alusão justamente a esse processo contínuo de luta por reconhecimento de sexualidades⁴ e identidades de gênero⁵ deslegitimadas em prol da reificação da heterossexualidade e cisgeneridade. Uma vez feita essa colocação, é interessante entender a importância dessa constante mudança observada na sigla no sentido de cada vez mais agregar e reconhecer diferentes sujeitos e formas de existência.

Para falar sobre a trajetória dessa população e sua inter-relação com o Estado brasileiro, se torna fundamental trazer para o debate as organizações da sociedade civil (OSC). Foi através da configuração em formato de OSC que as primeiras políticas públicas específicas voltadas à essa população se estabeleceram na década de 1980, no contexto da epidemia do HIV. Contudo, ainda que representassem um avanço na promoção da saúde dessa população, essas políticas se tornavam limitadas ao passo que versavam apenas sobre a contenção da

⁴ Ao falar sobre as múltiplas formas da sexualidade, cabe aqui incluir o significado de orientação sexual, que pode ser compreendida como a atração que se sente por outra pessoa. Essa atração pode ser por indivíduos do gênero oposto (heterossexualidade), do mesmo gênero (homossexualidade), por mais de um gênero (bissexualidade) ou independente de gênero (pansexualidade).

⁵ A identidade de gênero se refere à autopercepção sobre ser homem, mulher, uma combinação dos dois, ou nenhum, podendo corresponder ao sexo atribuído ao nascimento (cisgênero), ou não (transgênero).

epidemia supracitada, deixando de lado as variadas especificidades demandadas por cada segmento que compõe essa população, e seu acesso se dava de modo estigmatizante (Facchini, 2002).

Ao longo da década de 1990, as OSC LGBTQIA+ que se configuraram durante a epidemia do HIV passam a pressionar o Poder Legislativo brasileiro para aprovação de leis que mitigassem a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, bem como outras medidas que assegurassem os direitos de cidadania dessa população. Tendo em vista as fortes reações de segmentos conservadores que brecavam o avanço dessas pautas nas sessões da Câmara, o que se observou diante dessas reivindicações foi a inércia legislativa (Mello; Avelar; Maroja, 2012; Mello; Brito; Maroja, 2012).

Concomitante a este processo, as pautas LGBTQIA+ começam a adentrar à agenda de direitos humanos, alcançando diretrizes no Plano Nacional de Direitos Humanos 1 (PNDH-1) em 1996 e no Plano Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH-2) em 2002. Diante da mudança no governo federal brasileiro em 2002 e de sua abertura à pauta, as OSC LGBTQIA+ passam a ser recebidas pelo Poder Executivo e a clamar por uma política pública mais robusta que aquelas implementadas nas décadas de 1980 e 1990. Através de conferências e constante diálogo com as OSC, nasce o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, assinado por 18 distintas OSC voltadas ao público LGBTQIA+. Enquanto desdobramentos do próprio BSH, outras demandas da população também ganham status de política pública, como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT) em 2009, e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) em 2011 (Brasil, 2004; Brasil, 2009; Brasil, 2011; Mello et al., 2012a; Mello et al., 2012b).

Ainda que estas iniciativas tenham representado um avanço importante para esta população, a implementação de tais políticas perpassou por entraves como falhas na interlocução entre Estado e sociedade civil; falta de previsão orçamentária para os planos e programas; e resistência de grupos conservadores (Sousa e Mendes, 2021), comprometendo a efetividade e continuidade dos programas.

Ao levar em consideração a participação de OSC LGBTQIA+ na reivindicação, elaboração e implementação de políticas públicas desta população, o presente artigo tem como objetivo compreender como as políticas públicas voltadas aos LGBTQIA+ têm se configurado desde o Programa Brasil Sem Homofobia até 2021, mediante discurso de OSC LGBTQIA+ brasileiras.

A relevância deste artigo é reforçada a partir de contribuições institucionais e sociais. A respeito das contribuições institucionais, a pesquisa fornece informações que podem chamar atenção de gestores públicos sobre a necessidade de considerar segmentos historicamente mais vulneráveis na elaboração e implementação de políticas públicas. No que se refere à relevância social, a realização desta investigação pode suscitar novas políticas públicas que, porventura, possam combater a abjeção desses atores perante o governo e a sociedade.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. A seção dois apresenta o referencial teórico sobre a história da constituição e busca de direitos da população LGBTQIA+ no Brasil. No tópico três, são descritos os procedimentos metodológicos adotados; seguido pelas análises das entrevistas e discussão acerca das principais evidências que emergiram ao longo do corpus. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+

Uma política pública pode ser compreendida como uma ação intencional, que tem como finalidade traduzir os propósitos dos governos em programas e ações, produzindo mudanças desejadas a curto, médio e longo prazo (Lyn, 1980; Souza, 2006). Por outro lado, o governo e toda sua estrutura administrativa não é a única instituição a promover políticas públicas, uma vez que “outras entidades, como as organizações não governamentais (ONGs), as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade também se incluem entre os agentes de políticas públicas, em toda parte” (Heidemann, 2006, p. 31). É o caso das políticas públicas LGBTQIA+ brasileiras, conquistadas e implementadas através da atuação de organizações da sociedade civil (OSC), anteriormente denominadas organizações não governamentais (ONG).

As primeiras políticas públicas voltadas especificamente à população LGBTQIA+ remetem ao cenário de epidemia do HIV/AIDS (no final da década de 1980 e início da década de 1990). Nesse contexto, OSC foram fundadas através do financiamento de programas do governo e também de entidades internacionais a fim de promover ações contra o surto (Facchini, 2002; Ferreira e Miskolci, 2020). A realização dessas parcerias entre o Estado e OSC voltadas à população LGBTQIA+ indicam a falta de experiência do Estado brasileiro ao lidar com esse público, assim como o crescente protagonismo dos movimentos sociais na reivindicação dos direitos LGBTQIA+ (Irineu, 2014).

Contudo, apenas no início dos anos 2000 as demandas do movimento começaram a se desdobrar em políticas mais amplas que tentavam abarcar as demandas específicas da

comunidade LGBTQIA+. Os principais avanços nessa esfera se deram a partir do alinhamento com o Poder Executivo, em 2004, primeiramente através do Programa Brasil Sem Homofobia (Mello *et al.*, 2012a). Pode-se verificar cronologicamente as conquistas do movimento LGBTQIA+ na tabela a seguir:

Quadro 1 - Principais políticas públicas conquistadas pelo movimento LGBTQIA+



Fonte: elaborado pelos autores.

O Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) continha diretrizes que visavam a promoção dos direitos à saúde, educação, segurança e trabalho do público LGBTQIA+, e é considerado um marco no que se refere à garantia de direitos dessa população através de políticas públicas. Ele conta com a assinatura de dezoito OSC que participaram ativamente da elaboração e implementação das ações propostas. Também é discutido que os Planos Nacionais de Direitos Humanos 1 e 2 foram antecessores a essa política por trazerem diretrizes que versavam sobre combate à discriminação decorrente da orientação sexual, criando um cenário propício para que em 2004 as demandas do movimento social LGBTQIA+ fossem recebidas pelo Poder Executivo e traduzidas no referido programa (Brasil, 2004; Mello *et al.*, 2012a; Mello *et al.*, 2012b).

Ainda que as ações propostas pelo BSH fossem promissoras, muitas não chegaram a ser assumidas por nenhuma secretaria ou órgão específico. O programa também começou a

enfrentar dificuldades financeiras ainda no início das suas atividades, dificultando a operacionalização de suas diretrizes. Assim, em 2007, o presidente Lula convocou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2008, no intuito de discutir medidas para efetivação dos direitos de cidadania do segmento LGBTQIA+, e também para avaliar e avigorar as ações propostas pelo BSH (Mello; Avelar; Brito, 2014; Mello *et al.*, 2012a; Mello *et al.*, 2012b). Cabe ressaltar que, neste mesmo ano de 2008, o Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador (PrTr) pelo SUS, assegurando o direito da pessoa transexual a realizar a cirurgia de redesignação sexual (Popadiuk; Oliveira; Signorelli, 2017).

A partir das deliberações resultantes da I Conferência LGBT foi possível elaborar e lançar em 2009 o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT). O Plano tinha como objetivo definir diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas de inclusão social do público em questão. Contudo, após sua apresentação em Brasília, os documentos referentes ao plano saíram de circulação, não sendo disponibilizados para divulgação. O PNPCDH-LGBT não chegou sequer a ser formalizado via decreto ou portaria, evidenciando sua inexistência formal (Brasil, 2009; Mello *et al.*, 2014; Mello *et al.*, 2012a; Mello *et al.*, 2012b).

Um pouco mais adiante, em 2011, o governo reconhece que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero tem influência na determinação social de saúde, bem como no adoecimento acarretado pelo preconceito. Nesse sentido, o Ministério da Saúde promulga a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), que visava promover a saúde integral da população LGBTQIA+, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (Brasil, 2011; Popadiuk *et al.*, 2017).

A discussão acadêmica acerca das políticas públicas LGBTQIA+ supracitadas ainda se faz emergente no campo da administração pública. Os estudos que se debruçam a analisá-las realizam considerações acerca do desenho e implementação dessas políticas, apontando como principais entraves a falta de leis que resguardem os direitos dessa população no Brasil; falhas na interlocução entre Estado e sociedade civil; falta de previsão orçamentária para os planos e programas; falta de representação política no meio LGBTQIA+; e, sobretudo, o avanço do conservadorismo religioso, o qual se caracteriza como barreira frequente à conquista e efetivação de direitos dessa população (Sousa e Mendes, 2021).

Com efeito, Fonseca e Camilloto (2020) afirmam que a crescente onda conservadora fundamentalista compromete o projeto constitucional de igualdade e liberdade de minorias, em especial quando se trata da atuação desses grupos no Congresso Nacional. Nesse sentido, essa ofensiva conservadora do Parlamento inflige sobre os LGBTQIA+, restringindo os direitos fundamentais e comprometendo o desenvolvimento e implementação de políticas públicas efetivas voltadas para essa população.

Desse modo, ainda que as políticas supramencionadas tenham promovido avanços para o público LGBTQIA+, a situação de violência e vulnerabilidade dessa população permanece, em especial diante dessa onda conservadora fundamentalista. Nesse sentido, o *Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil* mapeou ao menos 230 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023 em decorrência do preconceito e intolerância (Acontece; Antra; ABGLT, 2023), colocando o Brasil na posição de país com mais assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no mundo.

Vale destacar que tal mapeamento é realizado desde o ano 2000 pelas OSCs Acontece Arte e Política LGBTI+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (ABGLT), ressaltando a importância da atuação dessas organizações na defesa dos direitos dessa população. Esse fato também reforça a importância de se compreender a trajetória das políticas LGBTQIA+ a partir do discurso dessas organizações, que desde a década de 1980 tem atuado na reivindicação por políticas públicas a fim de dirimir o preconceito e a violência vivenciados por esse público. No tópico seguinte, são apresentadas as estratégias metodológicas para realização da pesquisa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação tem abordagem eminentemente qualitativa, e utiliza-se como unidade de análise a perspectiva de 12 OSC LGBTQIA+ brasileiras sobre o histórico das políticas públicas voltadas à essa população. Para seleção dessas organizações, foi realizado levantamento preliminar das OSC voltadas ao público LGBTQIA+ no Brasil através de uma pesquisa na página “organizações da sociedade civil” em site governamental⁶, que possui informações acerca de diversas OSC registradas no país. Por meio deste levantamento, foi

⁶ Endereço do site: <https://www.gov.br/aids/pt-br/tags/enderecos/organizacaoes-da-sociedade-civil> (Acesso em agosto de 2020)

possível entrar em contato com diversas entidades por e-mail, telefone, *whatsapp* e/ou redes sociais, a fim de apresentar a pesquisa e convidar um representante para participar.

Para se levantar a percepção dessas OSC, foram realizadas entrevistas em profundidade, fundamentadas em um roteiro semiestruturado, com perguntas que versavam sobre as articulações entre tais organizações e o Estado no processo de reivindicação e implementação de políticas públicas LGBTQIA+. As entrevistas foram realizadas via videoconferência, na plataforma *Google Meet*, mediante agendamento prévio. Também se utilizou o aplicativo de mensagens *Whatsapp* nas situações em que o(a) participante não possuía familiaridade ou acesso à plataforma *Google Meet*, sendo a entrevista conduzida por meio de envio de texto escrito e/ou áudio. As descritas estratégias para a coleta de dados se mostraram oportunas devido à atípica situação ocasionada pela pandemia da COVID-19, contexto este que se apresentou no momento da pesquisa, já que as entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021.

Ao final de cada entrevista, também foi solicitado que o(a) representante indicasse outra OSC a qual se pudesse realizar convite para participar de entrevista, método esse conhecido como bola de neve. O findar do processo de coleta se fez mediante à saturação dos dados coletados, momento em que se pôde contar com a participação de 12 entrevistados(as), representantes de 12 distintas OSC voltadas ao público LGBTQIA+ no Brasil. Ressalta-se que para realização dessas entrevistas, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo do Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a Resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (CAAE: 36100620.1.0000.5153; número do parecer: 4.389.191). Assim, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado a todos participantes, assegurando a confidencialidade, privacidade, proteção da imagem e detalhando os procedimentos éticos adotados na condução da pesquisa. Os dados obtidos somente foram coletados mediante a ciência dos termos da pesquisa e o aceite do participante. As OSCs participantes podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Principais informações sobre as OSC participantes da pesquisa

Organização	Descrição	Local de Atuação	Ano de Fundação
Acontece - Arte e Política	Organização da Sociedade Civil que defende e promove o direito à liberdade da orientação sexual e identidade de gênero através de política, arte e cultura para LGBTI+.	Florianópolis-SC	2013
Aliança Nacional LGBTI+	Organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos	Nacional	2003

	que atua na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania LGBTI+ no Brasil por meio de parcerias.		
ANTRA	Maior e mais antiga associação nacional pelos direitos de travestis e transexuais no Brasil, com afiliadas em todo o país.	Nacional (Sede em Salvador-BA)	1992
Astral-Go	Organização da sociedade civil focada em políticas de inclusão para populações LGBT e em situação de vulnerabilidade. Realiza prevenção de DST/HIV/AIDS e suporte em casos de violência de gênero.	Goiás	2005
AtentaBR!	Criada a partir do programa Embaixadorxs da TODXS Brasil, oferece cursos e consultoria sobre diversidade e atendimento ao público LGBTIA+. Focada na segurança e combate à violência contra LGBTI+.	Lavras-MG	2019
Casa Florescer	Organização que acolhe travestis e mulheres transexuais, oferecendo atendimento social, psicológico e apoio na reinserção no mercado de trabalho.	São Paulo-SP	2015
Casa Nem	Espaço autossustentável de acolhimento para LGBTI+ em vulnerabilidade, com diversos projetos de capacitação e inclusão.	Rio de Janeiro-RJ	2018
Casa Rosa	Projeto de acolhimento para LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade, promovendo dignidade e reinserção social com oficinas e palestras. Atuando em Brasília-DF desde 2017.	Brasília-DF	2017
Grupo Dignidade	Organização pioneira na promoção da cidadania LGBT no Paraná, fundada em 1992 em Curitiba. Primeira organização LGBT no Brasil a receber título de Utilidade Pública Federal em 1997.	Curitiba-PR	1992
Grupo Matizes	Organização sem fins lucrativos voltada à defesa dos direitos humanos de LGBTI+.	Teresina-PI	2002
Grupo Nuances	Grupo pela Livre Expressão Sexual, focado na discussão de direitos humanos e combate à discriminação de LGBTI+.	Porto Alegre-RS	1991
TODXS	Primeira startup social brasileira sem fins lucrativos para inclusão LGBTI+	Nacional	2017

	através de dados e iniciativas. Promove a inclusão em sociedade, governo e empresas.		
--	--	--	--

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Uma vez finalizada a coleta, as entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas. A análise do discurso (AD) de vertente francesa foi utilizada como técnica de análise de dados. Esta escolha metodológica se fez interessante para se desvelar a realidade social construída por meio dos discursos das OSC, dando pistas sobre a influência da ideologia predominante na esfera pública na condução das políticas públicas LGBTQIA+ e no modo como tais organizações se articulam com o Estado.

A fim de investigar as estratégias discursivas usadas pelos participantes da pesquisa, este artigo se propôs a identificar e analisar, conforme Fiorin (2012): i) aspectos ideológicos defendidos nos discursos, visando desvelar a ideologia por detrás dos discursos proferidos; ii) condições sociais de produção do discurso, ao analisar o contexto da enunciação discursiva e as condições que fizeram o enunciador proferir o discurso de determinada forma em detrimento de outra; iii) discursos presentes no corpus; iv) percursos semânticos, caracterizados pelo encadeamento de figuras correlatas a um tema ou de subtemas que se resumem em um tema mais geral; v) análise lexical; e vi) aspectos interdiscursivos, a partir das relações do discurso em questão com outros discursos subjacentes, uma vez que um discurso não se constitui independentemente a outros (Fiorin, 2012).

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ NO BRASIL A PARTIR DO DISCURSO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A ascensão das pautas LGBTQIA+

Conforme discutido por Mello *et al.* (2012), o início dos anos 2000 é caracterizado como um período em que as demandas dos integrantes da população LGBTQIA+ começaram a ser recebidas pelo governo federal e traduzidas em políticas públicas, a exemplo do Brasil Sem Homofobia (2004) e políticas subsequentes. Esse cenário foi descrito de modo positivo pelos(as) participantes da pesquisa, não somente pelas políticas públicas suscitadas, mas

também por sugerir a superação da ideia de que a única demanda desses atores se referia a mitigar a epidemia do HIV/Aids.

(01) Eu vou dizer para você, era maravilhoso, assim a gente vivia num paraíso, tá? Porque até o [governo] Lula, até Lula entrar, nós tínhamos a AIDS, a gente era a AIDS, a gente era um grande HIV. Só! Essa era a política pública. Depois que Lula entrou, a gente começou a ser visto como um cidadão pleno, né?! Então a gente tem direito a universidade, a gente tem direito ao SUS, a gente tem direito a ser pensada não só como o HIV, mas é muito importante pensar o HIV, tá?! (Representante 01)

(02) Na era do governo PT, nos anos 2000, teve a primeira Conferência Nacional LGBT, e o presidente foi nessa conferência. Então o Presidente da República indo numa conferência LGBT é incrível, é impactante para toda a nação, e fora do Brasil também. Então foi um primeiro passo incrível e eu parabeno o presidente muito por isso, né?! (Representante 08)

O discurso da ascensão e recepção das demandas LGBTQIA+ no âmbito federal é caracterizado pelas seleções lexicais “maravilhoso” e “paraíso” no excerto (01), e pelos termos “incrível” e “impactante” no excerto (2). Também, observa-se percursos semânticos que remetem ao exercício da cidadania – “direito a universidade”, “direito ao SUS”, “direito de ser pensada não só como HIV” –, indicando avanços no tocante à educação e à saúde do público LGBTQIA+, e ilustrando um cenário auspicioso para essa população. A utilização do verbo “começou” explicita que, antes desse momento, tal população não era vista como “cidadão pleno”, possivelmente pelo recorrente cerceamento de seus direitos básicos.

Esse cerceamento de direitos pode estar relacionado com o estigma ocasionado pelo vírus HIV nesta população durante a epidemia no final dos anos 80 e início dos anos 90. A passagem “a gente era a AIDS, a gente era um grande HIV” dialoga com a perspectiva de Ferreira e Miskolci (2020) que pontuam que além dos impactos no âmbito da saúde, a epidemia também trouxe importantes consequências sociais para os homossexuais. Por outro lado, a utilização da conjunção adversativa “mas” – no fragmento (01) – expressa ideia de contraste ou oposição, revelando sintaticamente que ainda se faz necessário discutir a incidência do HIV nesta população, mesmo que se saiba que sua transmissão também acometa relações heterossexuais.

A sensibilidade por parte do governo federal com as demandas LGBTQIA+, especificamente a partir de 2002, também permitiu maior participação popular na elaboração dos programas, sugerindo uma atuação mais descentralizada que governos anteriores. Essa forma de atuação foi discutida de modo crítico por Irineu (2014) e Mello *et al.* (2012) no que se refere ao programa BSH. De acordo com os autores, o Programa teve execução protagonizada por OSC ativistas, indicando falta de expertise no debate sobre direitos LGBTQIA+ por parte do Estado, bem como uma histórica não responsabilização deste com relação à garantia dos

direitos daquela população. Essa participação era estimulada pelas Conferências Nacionais LGBTQIA+ e pelo próprio poder deliberativo conferido aos participantes desses encontros para desenho das políticas públicas. A partir do alinhamento com o chefe do Poder Executivo, o cenário descrito pelos participantes da pesquisa era caracterizado como favorável à aprovação de medidas em prol da comunidade LGBTQIA+.

(03) E aí com o governo Lula e Dilma, que foram governos mais progressistas, nós tivemos um encaminhamento da pauta, nós tivemos a primeira conferência, a segunda conferência, nós pudemos pensar em política pública a partir da nossa perspectiva e não o contrário. Porque sempre foi o contrário, né?! Era um governo falando: “olha, vai ser assim”. Nas conferências, não! Nas conferências nós fizemos, nós pensamos, nós elaboramos a política e nós demandamos a política. Então... nossa, era maravilhoso! Assim, era super difícil, tá? Mas era maravilhoso. (Representante 01)

(04) Aqui, por exemplo, em Teresina, entre os anos de 2003, 2004 até 2010, a gente não tinha muita dificuldade de aprovar nas casas legislativas, por exemplo. As sugestões de projeto de lei que a gente apresentava para parlamentares eram geralmente acolhidas de pronto e na hora da discussão e aprovação elas não sofriam nenhuma resistência, [...] e geralmente eram aprovadas por unanimidade [...] sem nenhum estardalhaço, sem nenhuma pressão, sem nenhuma chantagem de grupo religioso fundamentalista. (Representante 09)

No fragmento (4) percebe-se interdiscurso com o cenário de 2021 em que o avanço das pautas LGBTQIA+ se vê recorrentemente cerceado por discursos de ordem conservadora, explicitado pelos fragmentos “sem nenhum estardalhaço”, “sem nenhuma pressão, sem nenhuma chantagem de grupo religioso fundamentalista”, sugerindo que tais práticas se fazem presentes no referido contexto. Neste momento, vale destacar que no contexto de enunciação desse discurso, a cidade de Teresina sancionou a “Lei da Bíblia” em escolas, que exige a leitura de trechos da bíblia por alunos antes de entrarem em sala de aula (Sena, 2021). Também, a utilização da primeira pessoa no plural nos fragmentos (3) e (4) – “nós fizemos, nós pensamos, nós elaboramos”, “a gente não tinha dificuldade” – sugere que os membros das OSC se sentiram parte do processo de elaboração das políticas públicas LGBTQIA+ durante a primeira década dos anos 2000.

É interessante também analisar o contraste entre a ideologia presente na esfera pública no início dos anos 2000 e no final de sua segunda década. Os relatos apontam que, em consonância com o período emergente das políticas públicas LGBTQIA+, também havia preocupação com a capacitação de profissionais para lidarem com a diversidade. Nesse sentido, pode-se mencionar cursos para formação de professores e de agentes de segurança pública:

(05) Nós tivemos também nessa época, ali, de 2000 a 2004/2005/2006... se tu olhar no livro, um projeto “Educando para a Diversidade”, do Ministério da Educação. Foram quatro edições para formação de professores, toda aquela discussão que era muito forte.

As pessoas têm que ser formadas, porque a LGBTfobia tem toda uma questão estrutural. [...] Era uma política de Estado, né? (Representante 10)

(06) Aí tem governos mais sensíveis e menos sensíveis para determinadas pautas. Então, nos governos mais sensíveis, a gente desenvolveu muita coisa. Todas as áreas: educação, saúde, segurança, direitos humanos. Sejam cursos de formação, seja fazendo qualificação, ou dando suporte, ou produzindo coisas. [...] Se abriu uma disciplina formal para formação [de policiais] [...] para dar aulas de direitos humanos, sobre diversidade, bichisse, sapatisse, putaria também nós falávamos. Ou seja, nós formamos nessa época mais de 3 mil policiais. [...] Ou seja, uma coisa institucionalizada, entendeu? Não era aquela palestrinha só que a gente vai lá e fala, né? Ou seja, esse tipo de coisa aconteceu. (Representante 10)

Primeiramente, cabe analisar no fragmento (05) que a discussão que baliza a formação para diversidade é adjetivada como “forte” no início dos anos 2000. Em seguida, se reconhece a necessidade desses cursos de formação uma vez que a LGBTfobia é “estrutural”, ou seja, está amalgamada nas raízes do Estado e sociedade civil. Ainda neste fragmento, a seleção lexical “política de Estado” – escolhida para adjetivar a política que fomentava os cursos de formação – indica que o contexto analisado caracterizava uma política abrangente, que envolvia diversos agentes públicos. Essa interpretação é também sustentada pela seleção lexical “coisa institucionalizada”, presente no fragmento (06), se referindo aos cursos de formação fornecidos pela OSC, indicando a solidez e seriedade desses cursos. Ambas passagens apresentam percurso semântico de desenvolvimento de ações pelas OSC LGBTQIA+ – “a gente desenvolveu muita coisa”, “todas as áreas”, “educação”, “saúde”, “segurança”, “direitos humanos”, “política de Estado” e “uma coisa institucionalizada”.

Esse contexto do início dos anos 2000 – em que a ideologia predominante na esfera pública permitia o desenvolvimento de ações para fomentar a cidadania do público em questão – perpassa por um período de inflexão, compreendido entre 2010 e 2016. Nesse momento, ocorre a ascensão de discursos de ordem conservadora que, conseqüentemente, se chocaram com a ideologia observada no âmbito governamental desse período.

(07) Nós temos esse momento de efervescência, que foi em 2003. Aqui no Piauí, de 2003 a 2010, dois governos do PT, nós tivemos várias coisas acontecendo. 2010 aqui houve essa interrupção com o outro governador, e a gente teve, de certa forma, um refluxo nas políticas. Depois disso aí o processo só tem desandado, vamos dizer assim, só tem piorado. [...] nós éramos felizes e não sabíamos. (Representante 09)

(08) Antes de responder, eu acho assim, o Golpe foi o divisor de águas desse processo, foi se instaurando a partir do nosso empoderamento. Porque se tu observar na campanha de... [...] o Aécio e a Dilma, os discursos de ódio começaram a aparecer nas redes sociais. O machismo, sabe? Aquela coisa começou a aparecer ali. Começou porque aí já tinha o WhatsApp, [...] começou ali esse processo, entendeu? Bom, daí foi e deu no que deu. (Representante 10)

No fragmento discursivo (07), a utilização do termo “efervescência” para caracterização do início dos anos 2000 vai de encontro ao percurso semântico de avanço das pautas

LGBTQIA+ mencionados em (01) e (02). Com efeito, essa ideia é sustentada pelo fragmento “tivemos várias coisas acontecendo” (08), se referindo especificamente ao período entre 2003 a 2010. Logo após esse momento, pode-se observar percurso semântico de decadência, explicitado pelas seleções lexicais “refluxo nas políticas”, “desandado”, “piorado”, sugerindo mudança no cenário em que as pautas LGBTQIA+ emergiram. Esse percurso também pode ser compreendido à luz do interdiscurso presente no fragmento “nós éramos felizes e não sabíamos” (7), em que, dado o contexto contemporâneo a que o texto foi proferido, reconhece-se o expressivo contraste ideológico quando se compara esse período de ascensão das pautas LGBTQIA+ e o ano de 2021.

Já o enunciado (08) caracteriza o ano de 2016 com a metáfora “divisor de águas”. Isso porque, a partir desse ponto, é descrito que discursos de intolerância ganham força no Estado e na sociedade civil – léxicos “ódio”, “machismo” – e se apropriam da popularização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para disseminação desses discursos. Por fim, o cenário que segue é caracterizado como “deu no que deu”, sugerindo que a ascensão desses discursos de ordem conservadora impactou negativamente no avanço das pautas LGBTQIA+, problematização essa apresentada no tópico seguinte.

O retrocesso das pautas LGBTQIA+

Nesta categoria discursiva, a narrativa se baliza no período posterior ao ponto de inflexão mencionado anteriormente, compreendido entre 2010 e 2016. A perspectiva das OSC participantes da pesquisa indica que houve um processo de desmonte das políticas conquistadas, em consonância a um cenário de explícito fechamento para as demandas do público LGBTQIA+. Essa percepção pode ser vista nos relatos seguintes, que defendem a ideia de que o período posterior à destituição da Presidenta Dilma apresentou grande retrocesso para essa população:

(09) Agora com Temer, um grande saco de bosta, né? Porque só desmontou o que foi. Agora com Bolsonaro, olha, é de cair o cu da bunda, porque a perspectiva... eu tento não ser pessimista, mas eu sou bem realista... a perspectiva é péssima, é péssima, é desmonte atrás de desmonte e aí não é só desmonte da nossa política, é o desmonte de uma política assistencial que nós estamos envolvidas, né? Então... assistência social como um todo, os programas do CRAS, por mais que eles estejam ligados ao município e ao estado, é um recurso federal que vem para esses processos que também estão todos comprometidos. (Representante 01)

(10) Com relação ao cenário atual (2021), é perceptível verificar que no passado tivemos alguns avanços, como por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, do Programa Mais Saúde, de 2008.

Porém, o momento é de desmonte dessas políticas e de total invisibilidade das nossas pautas. (Representante 07)

(11) E hoje nós estamos vivendo, infelizmente, um processo contrário. Se naquela época nós estávamos assim, na ofensiva, porque nós propúnhamos os projetos, as ações... de uns tempos para cá, nós ficamos muito na defensiva. [...] Pouco tempo depois tivemos que ir à Câmara Municipal pra que não fosse aprovado um projeto de lei de uma deputada evangélica proibindo a discussão de gênero nas escolas. Então, infelizmente, assim... esse é o quadro que nós estamos... Numa postura muito defensiva, né, só reagir aos ataques dos fundamentalistas religiosos. (Representante 09)

O discurso de desestruturação das políticas públicas e demais iniciativas a favor dos LGBTQIA+ é explicitado pela frequente recorrência do termo “desmonte”, e também dos léxicos “infelizmente”, “defensiva”, todos de acordo com o percurso semântico “a perspectiva é péssima”. Nesse sentido, cabe analisar na passagem (09) que o governo Temer foi citado nesse mesmo horizonte semântico, todavia, o que chama atenção é a intensificação do tom negativo dos enunciados quando se referem ao governo Bolsonaro, sugerindo, além do aspecto pejorativo, um tom de perplexidade.

No que se refere ao enunciado (10), é interessante analisar o léxico “invisibilidade” ao se referir às pautas LGBTQIA+ no cenário de 2021, remetendo a ideia de que as demandas desse público deixam de ser enxergadas e levadas em consideração. Já o representante (09) intensifica o tom no extrato (11) ao selecionar palavras que remetem ao percurso semântico de guerra – “ofensiva”, “defensiva”, “reagir”, “ataques”, indo de encontro à perspectiva de Ornat et al. (2015) que afirmam que a Frente Parlamentar Evangélica tem promovido uma “cruzada” contra qualquer tipo de demanda LGBTQIA+.

Um ponto que chama atenção no período posterior a 2016, é a violência vivenciada pelos LGBTQIA+, principalmente quando pressionam agentes da esfera pública para impedir o desmonte das políticas conquistadas.

(12) Nós estamos passando por uma fase do negacionismo, da família e nananã, principalmente para nós da ponta tem efeitos práticos, né?! E quais são os efeitos práticos? É a invisibilidade, é a vergonha, é o medo de ser morta. A gente deu três passos para dentro do armário nesses últimos anos da política. (Representante 01)

(13) O Brasil avança nos debates, possui estrutura adequada para a elaboração de todas essas políticas, temos uma força motriz como o SUS, e tantas outras políticas que são fundamentais em nosso cotidiano, mas o momento é de receio. O preconceito caminha a passos largos e, para o momento, o objetivo da comunidade tem sido contrapor toda essa violência. Enquanto todas as tipificações de crimes de ódio não se efetivarem, o cenário será esse. (Representante 07)

(14) Na ONG a gente tem uma preocupação com a própria saúde, porque a gente é muito fechativa, lacrativa e está sempre incomodando... e não incomodando só indo na frente do seu gabinete, a gente manda ofício, a gente tem um processo de comunicação institucional. Saber fazer a cobrança também. Isso acaba incomodando muita gente. Então a gente está sempre preocupado com a saúde física, mas também com a integridade, né, de alguém matar a gente. Porque a gente acha que está longe, que não,

que não é assim... mas Marielle tá aí, Chico Mendes tá aí, Dorothy Stang e tantas outras pessoas que são assassinadas porque fazem a luta. Então a gente está sempre com essa preocupação e tentando de alguma maneira barrar o desmonte das nossas políticas. (Representante 01)

O percurso semântico que remete à violência vivenciada por esses atores é explicitado pela própria recorrência da palavra “violência”, e reforçado pelas seleções lexicais “medo de ser morta”, “receio”, “preconceito”, “crimes de ódio” e “preocupação”. O fragmento (14) acrescenta ainda que o processo de cobrança perante entidades do Estado “acaba incomodando muita gente”, o que pode colocar em risco a própria vida desses atores. Reforçando esse argumento, cabe pontuar o interdiscurso presente na citação dos casos de Marielle, Chico Mendes e Dorothy Stang, assassinados em decorrência da atuação ativista em frentes diversas. A utilização desses exemplos deixa evidente o medo sentido pelo representante (01) de perder sua vida ao tentar “barrar o desmonte das nossas políticas”, demonstrando o caminho tortuoso que se percorre para fazer resistência frente às adversidades impostas aos LGBTQIA+.

Com efeito, a metáfora “a gente deu três passos para dentro do armário”, presente no fragmento (12), ilustra de modo perspicaz o retrocesso das políticas públicas LGBTQIA+ entre os anos de 2016 a 2021. Isso porque o discurso que relata a violência vivenciada por essa população se vale de uma expressão comumente utilizada no *ethos* LGBTQIA+: “sair do armário”. No caso do enunciado em análise, essa expressão é modificada para expressar o movimento inverso a esse processo, em que os LGBTQIA+ são colocados novamente em posição de inferioridade frente à heterocisnormatividade, fato esse também sustentado pelo léxico “vergonha” neste mesmo fragmento discursivo. Esse movimento remete ao ideal de fabricar “sujeitos viáveis” a partir da homogeneização de comportamentos através de performances socialmente legitimadas (Butler, 1993), que, no caso, se refere ao padrão heterociscentrado.

No que se refere às políticas públicas LGBTQIA+, a ascensão de discursos de intolerância no cenário político-social e suas consequências também estiveram bastante presentes nas falas dos(as) entrevistados(as). Nesse sentido, foi discutido que o Brasil Sem Homofobia sofreu gradativamente, assim como políticas públicas de âmbito local voltadas a essa população.

(15) O Programa Brasil Sem Homofobia foi um avanço, né?! Hoje a gente quer que ele seja mudado, apenas o nome para Brasil Sem LGBTIfobia para que se debata também as questões de transfobia, que acometem a comunidade LGBTIA+, a comunidade trans mais especificamente. Foi um avanço, mas atualmente (2021), nos governos atuais, como já foi dito, tá parado né?! Não se avança nesse sentido. (Representante 06)

(16) Acredito que faltou muito a questão da sustentabilidade das políticas públicas. Hoje, todos os planos iniciados pelo governo do PT não continuaram. Acredito que não só pelas mudanças de governo, mas também, talvez, pela falta de planejamento e também porque política é coisa séria. Política pública é coisa séria. É igual uma empresa. Você tem que ter um planejamento de curto, médio e longo prazo, metas, mês de verificação. (Representante 08)

(17) A nível de Estado, de Município, as tímidas ações que nós tínhamos, ou algumas políticas como, por exemplo, a Delegacia de Direitos Humanos, elas estão sucateadas, elas existem ainda, né. O Piauí tem várias políticas que nós conquistamos entre esses anos de 2003 e 2010, embora a maioria delas ainda exista, mas praticamente no papel. [...] Hoje nós temos uma Diretoria de Direitos Humanos dentro de uma Secretaria de Assistência Social e Cidadania, que não tem recurso nenhum, que não tem ação nenhuma. Então infelizmente esse é um cenário de refluxo, um cenário de ataque, né?! E que também nós, em algum momento, podemos atuar de forma reativa. (Representante 09)

A partir dos três enunciados, percebe-se uma convergência discursiva que expressa uma desestruturação generalizada das iniciativas que envolvam os LGBTQIA+. Nesse sentido, o Brasil Sem Homofobia foi classificado como inoperante – léxicos “parado”, “não se avança” – de acordo com o enunciado (15). O fragmento (16) também corrobora esse posicionamento ao dizer que todos os planos [LGBTQIA+] iniciados pelo governo do PT “não continuaram”, dentre eles o BSH. Enquanto isso, o fragmento (17) disserta sobre iniciativas no âmbito estadual e municipal no Piauí – caracterizadas como “tímidas” e “sucateadas” – e o texto em questão apresenta percurso semântico análogo aos fragmentos (15) e (16). É interessante também analisar a sintaxe discursiva no excerto “a maioria delas ainda exista, mas praticamente no papel”, presente no texto (17). A conjunção coordenativa adversativa “mas” explicita que, ainda que essas políticas existam, elas não mais têm efeito prático, ficando apenas no plano teórico – léxico “no papel”.

Outro ponto a ser explorado nos enunciados (15) e (16) é a responsabilização pela derrocada das políticas em questão. De acordo com o fragmento discursivo (15), menciona-se que a paralisação das atividades do BSH se fez “nos governos atuais”, sugerindo intertextualmente responsabilização sumária do governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Já o fragmento (16) além de reconhecer a eventual responsabilidade dos governos, expande a crítica sobre as políticas LGBTQIA+ ao enfatizar a falta de “planejamento” como fator determinante para a sustentabilidade de uma política pública. De fato, o trecho “Política pública é coisa séria” sugere um posicionamento crítico frente aos governos petistas (contexto de formulação e implementação do BSH).

Falando em mudanças de governo, é interessante analisar a linha ideológica que recrudesce no cenário político brasileiro, em especial com a posse do presidente Bolsonaro.

Essa “nova” linha ideológica é caracterizada pelos discursos de ódio e intolerância, travestidos de valores conservadores e tradicionais.

(18) Não é novidade que o Estado, principalmente com a nova linha ideológica desde 2019, não tem adotado uma postura acolhedora com relação à comunidade LGBTQIA+. Isso é um consenso. Nos últimos 3-4 anos, tem sido observada uma falta de comprometimento e descaso por pressão da bancada religiosa que compromete a laicidade do Estado. (Representante 11)

(19) Para professores hoje, para aluno hoje, a gente tá proibido de entrar em sala de aula, né?! Porque o discurso de ódio tomou conta de tudo que é lugar. Coisas que a gente ia com a maior naturalidade. Gente, eu ia em escolas de freira, sabe? Escolas de padres, uma era totalmente confessional, super conservadora, inclusive os padres me chamaram antes pra gente fazer uma reunião com a direção porque eles queriam me conhecer, saber o que eu ia falar pros alunos, porque eram adolescentes e tal. Mas fui aprovado pelos padres. A bicha foi aprovada pelos padres para falar com alunos. E hoje é uma coisa que tá completamente... a gente nem... acabou isso né? Não sei quando é que a gente vai conseguir avançar, acabar/varrer para lixo toda essa... (Representante 10)

Na passagem (18), a utilização do léxico “nova” para caracterizar a linha ideológica presente no governo que se iniciou em 2019 indica que essa ideologia se contrasta com aquela percebida nos governos anteriores. Nesse sentido, a caracterização do governo federal pode ser entendida à luz dos percursos semânticos presentes em (18) e (19), que remetem hostilidade e desamparo com o público LGBTQIA+ — “não tem adotado uma postura acolhedora”, “falta de comprometimento”, “descaso”, “a gente tá proibido de entrar em sala de aula”.

O fragmento discursivo (19) ilustra uma consequência direta da ascensão dessa ideologia no cenário político e social. Se, num primeiro momento, os LGBTQIA+ adentraram espaços públicos para fomentar cursos de formação de professores, capacitação para agentes de segurança pública — fragmentos (07 e 08) —, no contexto que se inicia em 2019, a participação desses sujeitos é compelida para fora dessas arenas. Esse contraste se torna ainda mais evidente quando se analisa o excerto “a bicha foi aprovada pelos padres”, valendo-se de denominação comumente pejorativa “bichas”, todavia, utilizada frequentemente dentro do *ethos* LGBTQIA+ a partir de ressignificação do termo como forma de resistência. Desse modo, a crescente influência do *ethos* religioso no cenário político configurou um elemento recorrentemente abordado pelos participantes da pesquisa, uma vez que tem impactado negativamente no avanço das pautas LGBTQIA+. Esse fato corrobora os apontamentos de Sousa e Mendes (2021) e Fonseca e Camilloto (2020), que afirmam que o recrudescimento do conservadorismo religioso tem representado uma barreira frequente à conquista e efetivação dos direitos fundamentais da população LGBTQIA+.

De acordo com os elementos apresentados até aqui é possível imaginar, a partir da perspectiva dos membros de OSC voltadas aos LGBTQIA+, a trajetória percorrida por essa população e respectivas políticas públicas no período compreendido entre os anos 2000 e 2021. Como já mencionado, essa trajetória é contrastada pela ascensão de discursos de ordem conservadora, que culminou na “nova linha ideológica” sobre o governo federal a partir de 2019. No próximo tópico, encontram-se as considerações finais acerca da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender como as políticas públicas voltadas aos LGBTQIA+ têm se configurado desde o Programa Brasil Sem Homofobia até 2021, mediante discurso de OSC LGBTQIA+ brasileiras. O discurso proferido por representantes de OSC LGBTQIA+ levaram à compreensão de que a condução das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil se relaciona diretamente com a disputa ideológica na arena pública entre valores progressistas e conservadores, e também com a constante atuação do movimento social por intermédio de OSC.

Assim, a partir de meados da primeira década dos anos 2000, observou-se a ascensão das pautas defendidas pelas OSC LGBTQIA+ no cenário nacional, em consonância à abertura do Poder Executivo a nível federal para com as demandas específicas dessa população. O efeito disso foi a ascensão de novas políticas subsequentes ao BSH, especificamente o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (PNPCDH-LGBT), em 2009, e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT), em 2011.

A percepção dos(as) representantes das OSC participantes da pesquisa a respeito dessas políticas (nesse contexto histórico) se mostrou positiva, uma vez que se esperava que tais políticas pudessem promover mudanças na sociedade que mitigassem o caráter estrutural conferido à LGBTQIA+fobia. Nesse sentido, esse contexto foi caracterizado como um período em que os LGBTQIA+ foram tratados discursivamente pelo governo Federal como sujeitos detentores de direitos, o que permitiu a ampliação da visibilidade dessa população e também que essa população adentrasse espaços públicos, como os da educação e segurança pública. Também, a elaboração dessas políticas possibilitou a resignificação da percepção de que a única demanda da população LGBTQIA+ se dava na área da saúde, para prevenção e combate ao HIV.

Conforme apresentado pelos participantes da pesquisa, a ascensão de discursos conservadores somou-se às fragilidades observadas no BSH, PNPCDH-LGBT e PNSILGBT, como a falta de dotação orçamentária, planejamento e sustentabilidade, e fizeram com que essas políticas passassem por um processo de sucateamento e desestruturação. Com efeito, o contexto compreendido após 2019 foi de explícito fechamento para as demandas LGBTQIA+ quando se trata da condução de políticas públicas pelo Governo Federal, presidido por Bolsonaro. Nesse sentido, a posição de vulnerabilidade na qual esta população é recorrentemente colocada se tornou ainda mais latente com a gradual descontinuidade das políticas até então conquistadas.

Assim, pode-se inferir que os avanços e retrocessos de políticas públicas voltadas à diversidade se relacionam diretamente com a ideologia predominante no poder público, em especial quando se trata do Governo Federal. Por isso, a expectativa é que se consiga avançar novamente com o Governo Lula, iniciado em 2023, que historicamente se mostrou mais sensível às demandas da população LGBTQIA+.

Os resultados apresentados por esta pesquisa se basearam na perspectiva das doze OSC LGBTQIA+ participantes. Dessa forma, pode-se sugerir como estudo futuro a exploração de perspectivas de outros atores sociais que também possam trazer contribuições no que diz respeito às políticas públicas e garantia dos direitos LGBTQIA+ no Brasil. Além disso, o recrudescimento do conservadorismo religioso emergiu de modo expressivo nas entrevistas. Nesse sentido, também pode-se propor como pesquisa futura ampliar a compreensão acerca desse fenômeno e suas implicações para a população LGBTQIA+.

Agradecimento

Às fontes financiadoras Capes e Fapemig.

REFERÊNCIAS

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 29 out. 2024

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual. 2004.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. 2011.

BUTLER, Judith. *Critically Queer*. GLQ: **A Journal of Lesbian and Gay Studies**. 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

FERREIRA, João Paulo; MISKOLCI, Richard. O desejo homossexual após a AIDS: uma análise sobre os critérios acionados por homens na busca por parceiros do mesmo sexo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 3, p. 999–1010, mar. 2020.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

HEIDMANN, Francisco Gabriel; Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, Francisco Gabriel; SALM José Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: UnB, 2006. p. 23–39.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

LYNN, Laurence E. *Designing public policy: A casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 289-312, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 297-320, 2014.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, p. 403-429, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria; JUNIOR, Alcides Baptista Chimin. Espaço, ONGs LGBT e cidadania no sul do Brasil. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 35-64, 2015.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1509-1520, 2017.

SENA, YALA.. **Teresina sanciona “Lei da Bíblia” em escolas; entidade de ateus vai ao TJ**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/03/09/teresina-lei-da-biblia-ateus-questionam.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SOUSA, Carlos Augusto Alves de; MENDES, Diego Costa. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, n. spe, p. 642-655, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.